

O TÚMULO DE PRATA DA RAINHA SANTA ISABEL, EM COIMBRA

Nelson Correia BORGES *

Muito anda já escrito sobre as circunstâncias que rodearam a abertura do túmulo pético de D. Isabel de Aragão, em 1612, com o consequente achamento do seu corpo incorrupto e o mecenatismo do bispo D. Afonso de Castelo Branco, que proporcionou a execução da arca tumular de prata e cristal. Todavia, a excelência da escultura gótica patenteada no sepulcro mandado lavrar pela própria rainha, bem como a falta de mais elementos, tem relegado para plano secundário a atenção que o túmulo isabelino seiscentista deveria ter merecido, tanto mais que ele foi o iniciador de uma tumulária de glorificação, que o século XVIII imitou e desenvolveu. Afortunadamente, o recente aparecimento de documentação manuscrita¹ abriu-nos a possibilidade de reapreciar esta obra de arte e fazer a atribuição da sua autoria.

Rememoremos alguns factos².

A beatificação de D. Isabel de Aragão, em 1516, constituiu o reconhecimento oficial do culto que de há muito o povo de Coimbra lhe tributava com o nome de *Rainha Santa*. Em 1556 tornou-se extensivo a todo o país e em 1616 ao reino de Aragão. Entretanto esta devoção ia em aumento, pelo que a sequência lógica foi a instauração do processo com vista à canonização, apoiado por vários soberanos mas só verdadeiramente desencadeado pelo empenhamento do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco. Foi assim que no dia 26 de Março de 1612, ao começo da tarde, se procedeu à primeira abertura do túmulo da rainha, já que o exame das relíquias era um dos requisitos processuais.

A abertura do sepulcro real fez-se com toda a precaução e respeito, na presença dos bispos de Coimbra e Leiria, do Desembargador do Paço, de vários professores da Universidade e do notário que lavrou o respectivo auto. Perante o olhar maravilhado de todos e após a retirada de vários envoltórios, finalmente, “se achou mui são, inteiro, e sem corrupção, antes muito alvo e cheiroso e cuberto de carne”, o corpo da rainha³.

Determinou logo D. Afonso de Castelo Branco expor à veneração dos fiéis os restos mortais incorruptos da Rainha Santa⁴, para o que obteve autorização do papa Paulo V, com a intenção de os trasladar para “um cofre transparente, para que ali se visse o mesmo, que em Cássia, Viterbo, e Bolonha nos corpos das gloriosas santas Rita, Rosa e Catarina”.

Para mais condigna colocação do precioso féretro mandou o magnânimo e empreendedor bispo⁵ edificar no coro alto do Mosteiro de Santa Clara, na nave da Epístola, um arco ricamente lavrado em pedra de Ançã, tendo-lhe lançado a primeira pedra em 8 de Agosto de 1613⁶.

Trata-se de uma bem conseguida obra do maneirismo coimbrão, que o tracista soube implantar com a maior sensatez no acanhado espaço de que dispunha, apresentando certos aspectos que plenamente desenvolvidos poderiam ter feito evoluir este estilo regional, vindo de Quinhentos, para as vias do barroco. A composição é disciplinada por pilastras coríntias laterais, com o respectivo entablamento, que enquadram um arco abatido. Por cima da cornija há uma espécie de ático decorado com hastes de folhagem ondeada, de tradição renascentista, adequadamente combinadas com simbólicas coroas

e ceptros, onde assenta um frontão curvo interrompido, preenchido com o brasão de D. Isabel, que quatro anjos em figura de vulto ostentam com certa exuberância. Nas cantoneiras do arco sentam-se outros anjos em posições graciosas e a moldura exterior como que forma uma coroa de sete cabecinhas aladas. O intradorso e pé-direito do arco são preenchidos por decoração de grutescos, máscaras, animais fantásticos e couros recortados à moda flamenga, introduzida algumas décadas atrás por João de Ruão.

Este arco triunfal, que apresenta duas faces iguais e aparece designado por capela, constituiria o escrínio adequado para enquadrar o túmulo de prata branca mandado fazer na mesma ocasião por D. Afonso, podendo assim ser simultaneamente venerado pelas freiras no coro e pelos fiéis, na igreja.

O túmulo apresenta-se com austera volumetria: de forma paralelepipedica⁷, coberto por uma tampa de planta rectangular alongada, em tronco de pirâmide. Mede de comprimento máximo 2,33 m e de largura 0,86 m. A altura, da base à cornija, é de 0,668 m e até à face superior, de 0,87 m. A rectilinearidade quebra-se de algum modo pela aplicação de colunas, cristais, em vãos de variadas dimensões, e jarras de movimentados perfis.

O conhecimento da tratadística arquitectónica está patente no tratamento das colunas coríntias, assentes sobre pedestal baixo, em avanço, e de harmoniosas proporções, tendo marcado com um anel o terço inferior. Dispõem-se emparelhadas e sustentam um autêntico entablamento, composto por arquivolta, friso e cornija, que as acompanha de forma rítmica, em avanços e recuos. Os topos apresentam-se apenas com uma coluna em cada lado. Toda a superfície tumular se encontra recoberta por decoração maneirista que, no entanto, se apresenta variada. Os fustes das colunas estão gravados com motivos de grutescos entrelaçados em liso sobre fundo pontilhado a punção. Os capitéis mereceram cuidado tratamento na cinzeladura e repuxado das folhinhas de acanto e volutas.

O espaço entre as colunas é preenchido pelos cristais⁸, divididos ao meio por filete de prata, à excepção dos que se encontram nos topos, e pela prata laminada que lhes serve de moldura. Os motivos decorativos da prata envolvente, que incluem entrelaços mais alargados, cabeças de pássaros, cestos e vasos de flores e frutos, são gravados a buril e repuxados na parte superior, sem que todavia o relevo seja muito acentuado.

A tampa tem cinco faces, sendo as lâminas gravadas e rasgadas de variadas aberturas com cristais. As dos topos são circulares. Nos lados alternam circulares com ovais, correspondendo estas últimas ao prolongamento das colunas. No lado superior sucedem-se vãos quadrados e circulares.

Esta abundante disposição de aberturas permitiria dar cumprimento de forma eficaz ao desejo de expor o corpo de Santa Isabel, manifestado por D. Afonso de Castelo Branco.

A decoração da tampa é preenchida com motivos em maior escala, mais claramente flamengos, em que não faltam máscaras, vasos de flores e meninos. A totalidade das lâminas de cristal é contornada por fina moldura espinhada e por todo o túmulo se dispunham com profusão pedrarias em cabuchão, alternando com pequenos florões ovais maciços, de que pouco resta. Os cabuchões distribuam-se em volta dos vãos laterais — dez por cada —, nos pedestais e frisos das colunas — dois por cada —, nas reentrâncias dos frisos — três por cada — e por toda a tampa, em volta dos cristais — quatro por cada —, sendo estes últimos aplicados por entre folhinhas de prata dourada.

Há ainda a referir as jarras ou pirâmides boleadas, de perfis que afilam em curvas e contracurvas e dão a esta obra chã um ar quase proto-barroco. São também decoradas com gravura e pontilhado, de forma simples e têm de altura 0,11 a 0,12 m. Em número de

vinte e quatro dispõem-se sobre a cornija, no prolongamento das colunas, e nos vértices da tampa. Algumas delas já não são as originais.

Segundo Coelho Gasco, este túmulo importou em quinze mil cruzados⁹, mas não se ficou por aqui a magnanimidade de D. Afonso de Castelo Branco, pois mandou ainda fazer grades que fechavam o arco de ambos os lados, para preservação do túmulo. As do lado do coro eram de ferro pintado de vermelho; “as da parte da igreja, curiosas, e de prata”, tinham dez palmos de altura, ou seja, um pouco mais de dois metros, e ostentavam ao meio uma placa de prata dourada, com os seguintes dizeres: *D. Affonso de Castello-Branco, Bispo de Coimbra, fez esta obra em louvor da Rainha Santa. Anno de 1614*¹⁰.

O grande historiador isabelino, António de Vasconcelos, duvidou da existência destas grades, achando que os que a elas se tinham referido se haviam equivocado com as do coro das freiras¹¹. Tudo quanto os antigos cronistas monásticos tinham escrito era então olhado com grandes reservas, mesmo por historiadores exemplares como António de Vasconcelos, mas hoje verifica-se a tendência para reabilitar os clássicos textos históricos, feitos em geral com grande honestidade, dentro das concepções do tempo e dispondo de documentação que muitas vezes entretanto desapareceu. Com efeito, a existência de grades, além de constituir desejo conhecido de D. Afonso de Castelo Branco, era lógica, já que, sem elas, o espaço clausurado do coro corria o risco de poder ser devassado.

A prova de que elas foram feitas encontra-se numa escritura lavrada em Lisboa, em 1 de Fevereiro de 1614¹². Por ela os ourives da prata Domingos Vieira e Miguel Vieira comprometiam-se a executar as grades até ao dia de Páscoa e a proceder ao seu assentamento em Coimbra “na capela onde hão-de estar”. A obra poderia levar 600\$000 réis de prata, estabelecendo-se uma tolerância de dez por cento, até mais 60\$000 réis. Além do preço da matéria prima, o feitio seria pago à razão de dois cruzados por cada marco de prata¹³.

Devido às vicissitudes históricas do Mosteiro de Santa Clara e certamente à voracidade dos tempos, especialmente atenta a obras de arte... de prata, já hoje não existem estas grades, mas o contrato informa-nos que possuíam catorze balaústres, “com suas barras e molduras”, feitos segundo um modelo debuxado em papel, fornecido a Domingos Vieira.

Domingos Vieira era, sem dúvida, o ourives principal. Deslocou-se a Coimbra, onde contactou com Francisco da Silva, cavaleiro fidalgo, prebendeiro e procurador geral das rendas do bispado e do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e, como se vê pela escritura, tinha relações com o porteiro da Misericórdia, a quem indica como intermediário para o caso de haver lugar a futura citação judicial. Por algum motivo desconhecido foi a escritura lavrada em Lisboa, tendo Francisco da Silva passado procuração a Jerónimo Henriques da Veiga¹⁴. Este documento vem pôr de parte a hipótese do túmulo ser obra de ourives coimbrão¹⁵, embora Coimbra possuísse, por certo, artistas com capacidade para o executar¹⁶. Com efeito, tudo leva a crer que anteriormente Domingos Vieira tivesse vindo à cidade do Mondego para contratar “o sepulcro da Rainha Santa que o dito bispo manda fazer à sua custa”, para citar as palavras do documento. Porque haveria a execução das grades de ser entregue a outro artista, desconhecedor do projecto? Infelizmente não se revelou ainda o contrato que poderá resolver cabalmente a esta questão¹⁷, mas a resposta mais lógica parece ser a de que os lavrantes do túmulo de prata da Rainha Santa Isabel e das suas grades de protecção sejam a mesma ou as mesmas pessoas, isto é, Domingos e Miguel Vieira.

Pelo texto do contrato se vê que fora entregue a Domingos Vieira um desenho para modelo das grades. Este procedimento, que também deve ter sido seguido para o túmulo, era o mais habitual e obrigava, por via de regra, à intervenção de um debuxador com conhecimentos de arquitectura, o que é bem patente, como já se disse, na obra de que vimos tratando.

O ataúde de prata da Rainha Santa, de linhas simples e direitas, aparenta-se com as arquetas para relíquias, mais ou menos decoradas, de tradição renascentista, que têm um admirável exemplo no cofre oferecido por D. Sebastião ao Convento de Cristo, de Tomar¹⁸. Foi o primeiro exemplar de uma tumulária de glorificação que irá evoluir para formas mais exuberantes e para a utilização de outros materiais. Assim, a *secura* do “estilo chão” do túmulo conimbricense é superada pela inclusão de volutas em forma de mísulas, em que assenta o envasamento das colunas e pela tampa encurvada do magnífico exemplar indo-português de S. Francisco Xavier, na igreja do Bom Jesus, em Velha Goa¹⁹.

Formalmente mais conservador e mais ligado à tumulária comum nacional é a arca feral de Santa Joana, no Mosteiro de Jesus, de Aveiro. Apesar dos quartelões laterais e do frontão interrompido em volutas, mantém ainda as linhas direitas, sendo a animação conseguida sobretudo à custa da policromia dos mármore embrechados italianos e da escultura dos anjos que lhe servem de atlantes e ladeiam o escudo real. Patrocinado por D. Pedro II, foi delineado por João Antunes, provavelmente em 1699, devendo ser de execução mais tardia, uma vez que a trasladação apenas teve lugar em 1711²⁰.

Poucos anos depois, em 1715, eram terminadas no Porto as urnas de prata para Santa Teresa e Santa Sancha, no Mosteiro de Lorvão. São uma criação do ourives Manuel Carneiro da Silva, com auxílio de Domingos Pinto Ferraz, reflectindo uma evolução do gosto para formas pujantemente barrocas, pelo ritmo curvilíneo dos alçados, quer no aspecto estrutural, quer no da decoração, que apresenta afinidades aos motivos utilizados na talha dourada²¹.

Por fim, a exuberância dos cofres laurbanenses evolui para formas rococós, mais leves e delicadas, na urna de Santa Mafalda, do Mosteiro de Arouca, onde se aliam o ébano, a prata, o cristal e o bronze dourado. Traçada pelo ensamblador e arquitecto portuense José Francisco de Paiva, é realização conjunta deste artista e do ourives António Pereira Soares. Nela se expõe *uma imagem de Santa Mafalda, meio reclinada, em cujo interior se encontram as suas relíquias*. Data de 1793²², sendo portanto a última deste tipo de tumulária, mas ao mesmo tempo a única que realizou a pretensão de expor as relíquias — ainda que de forma indirecta, no presente caso — manifestada por D. Afonso de Castelo Branco em relação à da Rainha Santa Isabel.

Com efeito, cerca de um ano depois de terminado o arco, túmulo e grades, faleceu D. Afonso de Castelo Branco e nenhum dos seis prelados que lhe sucederam, aliás em passagens quase fugazes pela mitra conimbricense²³, se preocupou com a trasladação, nem mesmo por altura da canonização, em 1625, e das festas que se lhe seguiram. Entretanto as freiras de Santa Clara trataram de dar maior aparato ao túmulo medieval, mandando-o pintar, colocar sobre pódio de três degraus, envolto em gradaria de ferro e prata e cobrir com um dossel.

Apenas em 1677, aquando da mudança das freiras com os seus bens móveis para o convento novo, ainda em construção no monte da Esperança, se pôs o problema da trasladação do corpo da Rainha. A solução lógica seria utilizar o túmulo de prata para o efeito, mas em breve se desistiu devido ao seu peso e incomodidade para ser levado aos ombros dos bispos convidados para a cerimónia. A nova abertura do túmulo de pedra

revelou que o primitivo caixão de madeira em que jazia a Rainha se estava a desconjuntar, pelo que teve de se mandar fazer outro, forrado a tela rosa com flores de ouro, para onde se procedeu à *trasladação dos restos mortais* ²⁴. A *procissão da mudança* teve lugar no dia 29 de Outubro, com toda a solenidade e luzimento e apenas no dia seguinte se introduziu o caixão de madeira dentro do ataúde de prata e cristal, fechado com três chaves ²⁵, ficando então tal como hoje se encontra.

Somente em 1696 se deu por concluída a igreja monástica, com o magnífico conjunto de retábulos dourados da nave, riscados por Mateus do Couto e entalhados por António Gomes e Domingos Nunes ²⁶. O retábulo-mor talvez também delineado por Mateus do Couto, foi entalhado por Domingos Lopes, no chamado *estilo nacional*, aliando com habilidade o trono eucarístico à pequena câmara destinada a receber o túmulo de prata ²⁷, que para ela foi trasladado no dia 3 de Julho desse ano, tendo entretanto a sagração da igreja ocorrido em 26 de Junho.

Não ficaram por aqui as andanças do túmulo patrocinado por D. Afonso de Castelo Branco, com os seus veneráveis despojos. Em 1810 foi retirado do altar e entaipado numa pequena capela por cima do refeitório, onde permaneceu até 1814 a salvo de profanações e rapinas perpetradas durante as invasões francesas. Passado este período tão temido pelas freiras, voltou ao seu lugar. Algum tempo depois veio o decreto de extinção de 1834, com o arrolamento dos bens das ordens religiosas, dele sendo excluído o túmulo, por portaria de 1 de Outubro de 1835 ²⁸. Entretanto, por mais três vezes fora o caixão deslocado para o coro, a fim de algumas pessoas reais venerarem as relíquias. A última ocorreu em 1860, tendo aí ficado a urna de prata até 1912. Em 1886 faleceu a última clarissa e em 1891 a última religiosa do Mosteiro de Sandelgas que em Santa Clara residia. Tempos depois foi o Mosteiro entregue à Congregação de S. José de Cluny que nele estabeleceu um colégio até 1910, data em que o fervor republicano determinou a sua expulsão. Correram então rumores de que o túmulo iria ser removido para um museu e que estaria a ser vítima de depredações. De imediato se gerou um movimento de indignação na cidade de Coimbra, que teve como efeito, em 1912, a entrega da urna à Irmandade da Rainha Santa e a sua colocação no camarim do altar-mor ²⁹ que lhe esteve desde o início destinado. Aí permanece.

DOCUMENTO

1614 Fevereiro 1, Lisboa — Os ourives da prata Domingos Vieira e Miguel Vieira contratam com o procurador do bispo D. Afonso de Castelo Branco, Jerónimo Henriques da Veiga, a obra das grades de prata com catorze balaústres, para o túmulo da Rainha Santa.

[Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Cartório Notarial n.º 1 de Lisboa, maço 18, livro 1.º (tabelião Tomé de Sousa), fl. 67v.-70.]

[Fl. 67v.] Saibão quãtos este estromento de cõtrato e obri / guasaõ virem que no anno do nacimto / de noso sõr Jesu Xpõ de mil e seis sêntos he / quatorze em o primeiro dia do mes de fevrõ na / cidade de Lx.ª junto ao monturo do bonete / freguezia de sãta justa nas casas da morada / de jeronimo ãriques da veigua estãdo elle / ahì presente de huã parte e~ nome e como p^{dor} / q~ dise ser de dom aº de castelo branco bis / po da cidade de coimbra e conde de arganil e / do cõselho de estado de sua mag^{de} e de fr^{co} da / silva [na *entrelinha*: mor na cidade de coimbra] q~ outro si he p^{dor} do dito do dito bispo cõde cu / jas

p^{cos} mostrara quãdo for nesesareo / e da outra d^{os} viejra e miguell viei / ra ourives da prata
 m^{otes} nesta cidade / na rua delles. E llogo por elles partes / foi dito a mim t^{am} perâte as t^{as}
 ao diãte / nomeadas que elle d^{os} viejra se cõsertou / na dita cidade de coimbra com ho dito
 fr^{co} da / sillva por ordem de sua mag.^{de} e do dito / bispo e cõde porquanto de a sua cõta mã
 / dar fazer a obra do sepullcro da rai / nha sãta q~ o dito bispo mãda fazer a / sua custa pr^a
 lhe aver de fazer suas gra / des de prata as quais an de ter catorze ba / laustres com suas
 barras e molduras os / quais balaustres ã de ser da alltura e / grosura de hu~ modello de
 papell q~ o dito / d^{os} vieira trouxe da dita cidade coimbra a / sinado pello dito fr^{co} da sillva
 o qual / modello elle d^{os} viejra dise ter em seu poder / as quais grades am de ser lavradas
 de sim / {*papel comido*} sercado e mais tãbem acabadas de modo / q~ satisfasaõ ao dito
 bispo e fr^{co} da sillva e naõ / tenhaõ imperfeisaõ nenhuã. as quais gra / {fl. 68:} des elles d^{os}
 viejra e miguell / viejra se obrigaõ a fazer na / forma sobredita e dallas acaba / das
 perfeitamte a vista de off^{es} / ate dia de pascoa da resurreisaõ q~ hembora vjra / neste
 prezente ano de seis sêtos e quatorze e i los / asentar a dita cidade de coimbra na capella
 omde / am de estar a sua custa paguãdo lhes som^{te} o gas / to q~ se fizer de llevar as ditas
 grades a dita cidade / e naõ nas acabãdo ate o dito dia de pascoa perde / raõ os feitos
 todos das ditas grades inremisivell / m^{te} e por quãto cõforme ao q~ orsou elle d^{os} vieira /
 na dita cidade de coimbra cõ o dito fr^{co} da sillva pode / raõ levar de prata as ditas grades
 seis sêtos / mill reis pouco mais ou menos a cõta dos quais lo / go ahi perâte mim t^{am} e t^{as}
 o dito jeronima ã / riques da veigua do dito nome do dito fr^{co} da sillva e / de seu proprio dr^o
 q~ lhe mãdou pr^a fazer o dito pagam^{to} / deu e pagou a elles d^{os} vieira e miguell / viejra
 quatro sêtos mill rês em dr^o de cõtado por / moedas de prata das correntes neste reino q~
 / elles cõtaraõ e receberaõ e diseraõ aver a di / ta quãtia dos ditos quatrocêtos mill rês
 sem / mingoa nem erro algu~ e delles daõ qui / tasaõ hoje pr^a sêpre ao dito fr^{co} da sillva e
 a e / lle jeronimo ãriques da veiga q~ lhe fes o di / to pagam^{to}, e em fim deste prezente mes
 / de fevereiro se obriga elle jeronimo ãri / ques da veiga no dito nome de dar aos so /
 breditos duzentos mill rês mais pr^a cõprim^{to} dos / seis sêtos q~ pouco mais ou menos
 poderaõ le / var de prata as ditas grades, e deste pre / sente mes e~ diãte se lhes ira dãdo
 a elles ou / rives a cõta dos feitos das ditas grades o dr^o / q~ pareser rezaõ, e sêdo nesesareo
 mais algum dr^o / pr^a o pezo das ditas grades se lhes dara a elles / ourives q~ sera a ssom^{te}
 sesenta mill rês mais q~ / jûtos aos seis sêtos fazem soma de seis sêtos / e sesenta mill
 rês. Item q~ o ffeitoio das ditas / grades sera a rezaõ de dous cruzados por ca / da marco q~
 pezarem depois de perfeitam^{te} / {fl.68v.} acabadas q~ tendo as ditas grades depois de
 acaba / das allgum def^{to} a vista de off^{es} / se lhe abatera dos ditos dous cruzados por marco
 / o que menos vallerem, e sêdo mais perfeitamte acabadas do que atras fica dito se lhes te
 / ra resp^{to} a jssu, e feitas e acabadas as ditas / grades se pezaraõ, e mõtãdo menos o que /
 mais e~ si tiverem lhes ficara a cõta dos feitos / e semdo mais o pezo das ditas grades se
 lhes pa / guara asi prata como feitos {*na entrelinha: logo*} na forma atras decla / rada, Item
 q~ ao tẽpo do pagam^{to} elle jero / nimo ãriques da veiga se obriga no dito no / me de fazer
 os paguam^{tos} do dr^o q~ se a de dar / a elles ourjves na forma sê / duvida nem êbargo allgu~
 e vindõ com / elles lhe naõ seraõ recebidos sem pr^o e com ef^{to} depositar na mã delles {*na*
entrelinha: ou de qualquer delles} ourives tudo o que / lhes estiver a dever comformẽ a esta
 escritu / ra ê dr^o de cõtado q~ receberaõ sem fiã / ca., pr^a o q~ os abona e ha por abonados
 / pr^a tudo receberẽ e êquãto naõ fizer o di / to depozito lhe sera denegada toda audien / sia
 e ausaõ e remedio de dto e pa se escu / zar de fazer o tall depozito naõ avera / provizaõ dell
 reij e avêdo a della naõ uzara, e elles ourives di / seraõ ãbos de mã cumu~ cada hu~ por
 / si e hu~ pello otro q~ elles aseitavaõ esta obri / gasaõ e se obrigaõ ãbos de dar acabada

/ a dita obra ate o dito dia de pascoa que / hembora vira na dita na dita perfeisã e que /
naõ na dãdo acabada ate o dito dia / perderaõ o feitio della todo como atras / se declara e
contudo acabaraõ as ditas / grades sê se lhes pagar de feitio cousa / alguã ate por todo o
mes de junho que êbora vjra / deste presente anno: e naõ o cõprindo elles ou / rives assi
como neste estrõ se declara ãbos / [fl. 69:] e cada hu~por si e hu~pello todo / ê tall caso
tornaraõ o drõ q~ ti / verê recebido a elle jeronimo / ãriques da veigua ou frõ da sillva ê drõ
de cõtado q~ / constara pello simples sinatrõ delles frco da sillva / ou de jrõ ãriques da
veiga e de qualquer delles com / mais duzentos mill reis de pena e ê nome della / q~ tâbê
/ depozitaraõ cõ o prinsipall e levada ou naõ / levada a dita pena todavja esta escretura sse
/ cõprika como se nella cõtê e prã ese eftõ se / submetê ãbos elles ourives ao clausullado /
depozito atras e de naõ averê provizaõ dell / rei e a todas as mais desta escretura e desta
/ maneja e cõ estas clauzullas e cõdisois / e cõ as mais ao diãte cõteudas e declara / das
diseraõ elles partes nos ditos nomes / q~ estaõ avindos e cõtratados sobre o que / dito he
e q~ elles prometê e se obrigaõ a sobre / elles ourives d.õs vieira e migell vieira / ê seus
nomes ãbos de maõ comu~ e cada hu~ / por si e hu~ pello todo a q~ se possa botar / maõ
de hu~ e deixal lo e tomar ao outro / e pegar cõ o que melhor parado se achar / para eftõ do
cõprimõ desta escretura por / que ãbos e cada hu~ por si tomaõ esta obriga / saõ e de
alhea a faz cada hu~ delles sua pro / prja prã eftõ do cõprimõ deste estõ e asi / diseraõ mais
elles d.õs vieira e miguell / viejra q~ sêdo nesesareo averê de ser sita / dos ou requeridos prã
quallquer cousa do cõteu / do neste estrõ haõ por bem q~ em ê seus nomes de / cada hu~
delles o posaõ ser na pã do portrõ da / mizericordia da dita cidade de coimbra / e q~ pella
sitasã feita na pessoa do di / to portrõ ou que~ seu cargo servir por ella / se posa aver
sêta cõtra elles ourives / e por ella se fazer execusaõ ê suas pãs e bens / e fazda e de
quallquer delles o quall pagara / em causa jullgada como sêta definiti / [fl. 69v:] va dada
por juis e por sentensa ella / dada q~ naõ ha apellasaõ nê agravo / e asi diseraõ elles
ourives q~ daraõ e pa / garaõ de custas pesoais prã o pã q~ ãdar / na demãda em caso q~
a aja a dous tostois por / dia q~ a tall pesoa vensera e avera do dia / q~ elles forem sitados
na pesoa do dito seu pã / atras declarado ê dia ãtes, nos quais taõ / bem querê ser
cõdenados na sêta q~ se cõ / tra elles ouver, e prometeraõ e se obri / guaraõ elles partes
nos ditos nomes de te / rem cõprimem e mãterê este estrõ asi e da / manã q~ se nelle contê
e de o naõ revoga / rem nem cõtradiserê em parte nem ê todo por / nenhuã vja nê respõ q~
seja e o fazdo contrõ / a tall revogasaõ e cõtradisaõ naõ ave / ra eftõ e se paguaraõ hus aos
outros e / outros aos outros todos com mais todas / as custas despesas perdas e danos q~
sse / por essa rezaõ elles partes fizerê ou / receberê, e pã tudo asim cõprimem e mãte / rem
pello modo sobredito diseraõ q~ obri / gavaõ a saber elles d.õs viejra e miguell / viejra suas
pãs e bens moveis e de rais a / vjdos e por aver, e elle jeronimo ãri / ques da veiga os bens
e fazda dos ditos frõ / da sillva e bispo cõde por vertu / de de seus poderes q~ dis q~ tê, e
declara / raõ elles partes q~ naõ se dãdo o drõ no tẽpo / atras declarado elles ourives naõ
teraõ / obriguasaõ de darem acabada [na entrelinha: a dita obra] na forma des / te cõtrato, e
q~ os asinados q~ elles d.õs viei / ra e miguell vieira ou quallquer delles / pasarem do
recjbo do dito prõ q~se lhe for / dãdo valhaõ como escretura pã, e ou / torgaraõ elles
partes nos ditos nomes q~ se / cõprikaõ cõprindo asim tudo pello modo so / [fl. 70:]
bredito dese tẽpo, sitados e / demãdados a saber elles ouri / ves na pã do dito seu pã / atras
declarado e elle / frõ da sillva e jeronimo ãriques da veiga ê suas / pãs e de quallquer delles
na dita cidade de / coimbra perãte o conservador da univer / sidade della ou perãte os cõs
da corte / do sivell desta cidade e hõde e perãte / quê este estrõ for aprezêtado e se pedir
/ o cõprimõ delle sitados por cartas sitado / nas precatorias e sê ellas prã o q~ renun /

ciaraõ e cada hu~ renunsiou nos ditos no / mes juizes de seus foros e da terra ou llugar dõ / de ao tall tẽpo vjverẽ ou morarẽ e ferias / pesoais e espesiais e tudo mais q~ de fo / e de dõ por si alleguar posaç q~ de nada / uzaraõ sallvo tudo cõpirirẽ e manterẽ pello / modo sobredito e em to de verdade asim o ou / tõrguaraõ e mãdaraõ fazer este estro / nesta nota e della dar os treslados nese / sareos q~ pediraõ e aseitaraõ e eu t^{am} aseito ê nome de quẽ tocar em p^{te} como pesoa p^{ca} / estepullãte e aseitãte t^{as} foraõ pre / zentes m^{el} de siqueira e amador da sillva ã / bos criados delle jeronimo ãriques da vei / ga q~ diseraõ q~ bem conhesẽ a taes outorguan / tes serẽ os proprios aqui cõteudos os quais / asinaraõ na nota cõ as t^{as} thome de sou / sa t^{am} o escrevi e declaro q~ naõ foi t^a ama / dor da sillva e foi ê seu luguar t^a p^o frz allfa / iate m^{or} nesta cidade ao poso do boratẽ, e eu / thome de souza t^{am} o escrevj e o dito ama / dor da sillva taõbẽ foi t^a cõ os mais tho / me de souza t^{am} o escrevj ãtrelinhei / m^{or} na cidade de coimbra l llogo l ou de qualquer / delles l a dita obra l risquei l e llogo l q~ l dias l de / dar l allgu~ defõ l se l e desta ma l q~ he o q~ se po / der notar nos ditos feitos l

[assinaturas:] Manoel de Siq^a
 P^o + frz t^a
 Domingos Vieira
 Miguel V.^a
 J^{ro} Amriques da V.^a
 AMador da Silva

* Universidade de Coimbra

¹ Devemos o conhecimento do contrato tabeliõnico, transcrito no final, ao nosso colega e amigo — a quem agradecemos — Doutor Vitor Serrãõ, que, numa abordagem preliminar, o tomou como sendo do prõprio tũmulo. O documento não ẽ, de facto, isento de dificuldades de leitura e diz apenas respeito, como se verã, às grades de prata. Vitor Serrãõ, *Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)*, Lisboa, 1989 (separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III sãrie, 90, 1984/1989), p. 20.

² Baseãmo-nos essencialmente nas seguintes obras: Josẽ Pereira Baiãõ, *Portugal Glorioso e llustrado*..., Lisboa Ocidental, Officina de Pedro Ferreira, 1727; Antonio de Escobar, *A Fenis de Portugal* ..., Coimbra, Impressãõ de Manoel Diaz, 1680; Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal* ..., Lisboa, Oficina de Craesbeck de Mello, 1666; Antõnio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evoluãõ do culto de Dona Isabel de Aragãõ*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894. Ver outra bilbiografia em: *Exposiãõ bibliogrãfica de Santa Isabel* (catãlogo), Coimbra, Biblioteca Municipal, julho de 1966.

³ O facto, tido entãõ como miraculoso, tem a sua explicaãõ cientifica, como se pode ver em Josẽ Crespo, *Santa Isabel na doenã e na morte*, Coimbra, Coimbra Editora, ²1972, p. 128-144.

⁴ Numa carta escrita em 30 de Marãõ de 1612, o mestre Sebastião Coutinho de Sousa, que tambẽm assistira ã abertura do tũmulo, afirma que o bispo "lhe quer fazer um sepulcro que custe cinco ou seis mil cruzados, com grades de prata ao redor, onde hoje estã pedra, e um ataũde de cristal em que se possa ver sem ser tocada". Antõnio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evoluãõ do culto de Dona Isabel de Aragãõ*, I, p. 405; II, p. 120.

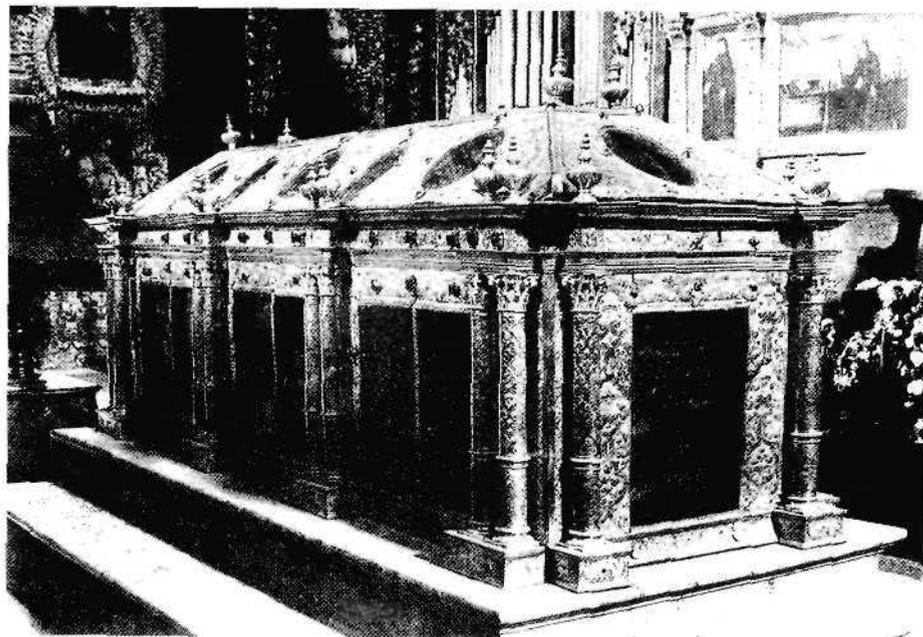
⁵ Sobre o seu mecenato artĩstico veja-se Antõnio Pimentel, «As Empresas Artĩsticas do Bispo-Conde D. Afonso de Castelo Branco», *Mundo da Arte*, 8-9, Coimbra, 1982, p. 54-68.

⁶ Conforme inscriãõ num dos lados do envasamento: D - A^o DE CASTEL - BRANCO - B^o DE COIMBRA FES - ESTA - OBRA - A SVA CVSTA - E BENZEO : ESTA PEDRA - A - 8 - DE AGOSTO DE - 1613 - ANOS - A. Nogueira Gonãalves, *Inventãrio Artĩstico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa, 1947, p. 74.

⁷ Agradecemos reconhecidamente ao Sr. P.^e Dr. Luĩs Ribeiro de Oliveira as facilidades concedidas para o seu exame.

- ⁸ Os vãos preenchidos pelas lâminas de cristal dos topos medem 0,40 m de altura e 0,29 m de largura. Os dos frontais têm 0,39/0,40 m de altura e 0,46 m de largura.
- ⁹ António Coelho Gasco, *Conquista, Antiguidade e Nobreza da Cidade de Coimbra*, Lisboa, Imprensa Régia, 1805, p. 166.
- ¹⁰ José Pereira Baião, *Portugal Glorioso, e Illustrado*, Lisboa, 1727, p. 308. António Coelho Gasco, *Ob. e loc. cit.*
- ¹¹ *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, I, p. 412.
- ¹² Ver o documento *infra*.
- ¹³ O marco equivalia a 229,5 gramas. O desconhecimento do peso final das grades inviabiliza o cálculo do seu custo.
- ¹⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra - Secção Notarial - Coimbra, tabelião Agostinho Maldonado e Pedro Lopes, 05-04-1613 a 02-04-1615, fl. 101-101v. A procuração foi passada em 31 de Janeiro de 1614, véspera da data da escritura de Lisboa.
- ¹⁵ A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, 1947, p. 84.
- ¹⁶ O talentoso Simão Ferreira, autor da lâmpada de prata da capela da Universidade falecera em 1607, mas são conhecidos os nomes de outros ourives activos em Coimbra, ao tempo: André Velho, António Dias, Afonso da Fonseca, Manuel Correia, António Coelho, Manuel Tavares, António de Seixas e Francisco de Seixas. Veja-se J. M. Teixeira de Carvalho, *Ourives de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922
- ¹⁷ As pesquisas a que procedemos, tanto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo como no Arquivo da Universidade de Coimbra, revelaram-se completamente infrutíferas. Ou o contrato do túmulo, que pensamos ainda ter sido estabelecido em 1613, já não existe, ou os contratantes se concertaram por outro modo que não o tabeliônico.
- ¹⁸ João Couto e António M. Gonçalves, *A Ourivesaria em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1960, p. 126-127.
- ¹⁹ João Couto e António M. Gonçalves, *Ob. cit.*, estampas 98 e 99.
- ²⁰ José Pereira Baião, *Portugal Glorioso, e Illustrado*, p. 476-478; Manuela Birg e outros, *João Antunes Arquitecto*. 1643-1712., Lisboa, IPPC, 1988, p. 32-33; *Epitome da Vida de Santa Ioanna, Princesa de Portugal*, Lisboa, Officina de Manoel Soares, 1755, p.177-178; A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro zona sul*, Lisboa, 1959, p. 117; António Filipe Pimentel, «Vivência da Morte no Tempo Barroco: Tumulária Portuguesa dos séculos XVII e XVIII», *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, II, Porto, 1991, p. 256.
- ²¹ José Pereira Baião, *Portugal Glorioso...*, p. 124-143; Nelson Correia Borges, *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e realidade. I - Das origens a 1737*, Coimbra, Faculdade de Letras (policopiado), 1992, p. 662-667, 817-820 e 826-828; A. Nogueira Gonçalves, «As urnas sepulcrais das Santas Teresa e Sancha em Lorvão», *Ourivesaria Portuguesa*, 17-18, Porto, 1951, p. 26-35.
- ²² Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, «A Festa da Vida, a Festa da Morte e a Festa da Glória: três exemplos em 1793», *Polygrafia*, 2, Arouca, 1993, p. 126-129; A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro zona de nordeste*, Lisboa, 1991, p. 53, 65 e estampa LXXXIX; Maria Helena Mendes Pinto, *José Francisco de Paiva, emsamblador e arquitecto do Porto (1744-1824)*, Lisboa, 1973, p. 40-41.
- ²³ Sobre este assunto ver: António de Vasconcelos, *Lista Cronológica dos Bispos de Coimbra*, Coimbra, 1924, p. 19.
- ²⁴ O circunstanciado relato de todos os pormenores da função poderá ser lido nos autores citados.

- 25 Ver os termos de entrega das chaves em António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, II, p. 279-280.
- 26 D. Domingos de Pinho Brandão, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*, I, Porto, 1984, p. 754-758.
- 27 Nelson Correia Borges, *A Arte nas Festas do Casamento de D. Pedro II*, Porto, Paisagem Editora, 1983, p. 82. A.N.T.T. - Conselho da Fazenda, Livro 182 (Obras no Convento de Santa Clara), fol. 271v. O retábulo-mor de Santa Clara-a-Nova, de 1693, tem como antecedente formal o do Mosteiro de Santa Maria de Cós, da Ordem de Cister, onde a parte inferior do camarim, sob o trono, é preenchida por um compartimento em que se mostra o Desterro, com as imagens de Jesus, Maria e José. Data este retábulo de 1676, sendo obra de Domingos Lopes, o mesmo entalhador de Santa Clara, presume-se, ao tempo estabelecido em Lisboa e porventura também com oficina no Porto. Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós*, Leiria, 1998, p. 151-152 e 427-429; Natália Marinho Ferreira Alves, *A Arte da Talha no Porto na Época Barraca*, Porto, 1989, p. 119-122 e 390-393.
- 28 António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*, II, p. 414-415.
- 29 J. Le Brun, *Santa Isabel Rainha de Portugal*, Pontevedra, Mensageiro do Coração de Jesus, 1924, p. 196-199.



Túmulo de prata da Rainha Santa Isabel, quando se encontrava no coro de cima do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova